

XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

ACESSO À JUSTIÇA

CHARLISE PAULA COLET GIMENEZ

LUIZ FERNANDO BELLINETTI

ADELVAN OLIVERIO SILVA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSM – Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul)

Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

A174

Acesso à justiça [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/CESUPA

Coordenadores: Charlise Paula Colet Gimenez; Luiz Fernando Bellinetti; Adelvan Oliverio Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-875-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (28: 2019 :Belém, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil



Centro Universitário do Estado do Pará
Belém - Pará - Brasil
<https://www.cesupa.br/>

XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

ACESSO À JUSTIÇA

Apresentação

O Grupo de Trabalhos Acesso à Justiça contempla estudos que se preocupam com o debate acerca da concretização do direito fundamental do acesso à justiça, insculpido no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988, o qual não se refere somente à inafastabilidade do Poder Judiciário de qualquer ameaça ou lesão ao Direito, como abarca o acesso a uma ordem jurídica justa, caracterizada pela igualdade de acesso na garantia da prestação da tutela jurídica, na proteção dos direitos difusos e coletivos, pela utilização de métodos autocompositivos e heterocompositivos de resolução de conflitos e por um novo perfil de profissionais do Direito, sensíveis e conscientes da realidade econômica, política e social que os cerca.

Nesse sentido, os artigos aqui apresentados contemplam esse viés e contribuem na produção e transformação do conhecimento e de uma nova forma de realizar o Direito.

Abrem-se os anais com o artigo “A Crise do Poder Judiciário brasileiro: tensões entre o Acesso à Justiça e a efetividade do processo”, de autoria de Tiago Bruno Bruch e Camila Belinaso de Oliveira, o qual se debruça na análise da situação do sistema de justiça brasileiro na perspectiva da relação do processo e da efetividade do Direito. Na sequência, Helen Lopes Noronha, com o trabalho “A Horizontalização dos Direitos Fundamentais: o posicionamento do Poder Judiciário brasileiro a partir da colisão de direitos nas relações jurídico-privadas”, reflete, à luz da Eficácia Horizontal, acerca dos limites observados pela jurisprudência pátria à horizontalidade dos direitos fundamentais nas relações jurídico-privadas.

O artigo de Larissa Borsato da Silva e Raquel Cabreira Soares de Sá, intitulado de “Acesso à Justiça e Desigualdade Social sob a perspectiva do Projeto Florença”, contribui ao debate do acesso à justiça a partir da efetivação dos direitos fundamentados nas ondas renovatórias do Projeto Florença. Após, a produção científica com título “Acesso à Justiça, Devido Processo Legal e Imparcialidade: o alcance subjetivo do Juiz Natural e a boa-fé do Julgador, escrita por Francisco Bertino Bezerra de Carvalho, preocupa-se em evidenciar a correlação entre o princípio do devido processo legal e o acesso à justiça, requerendo, para o seu cumprimento, a imparcialidade e a boa-fé do julgador.

Os autores Aldo Aranha de Castro e Ynes da Silva Félix, com o texto “Justiça e Equidade como elementos basilares para o desenvolvimento de meios adequados à concretização do

Acesso à Justiça”, abordam os temas da justiça e da equidade, apresentando mecanismos para a efetivação do acesso à justiça. Por sua vez, o artigo “O Argumento das capacidades institucionais do Poder Judiciário e a construção de uma ordem jurídica justa e transdisciplinar: possibilidades”, de autoria de Artenira da Silva e Silva e Letícia Moreira de Martini, propõe-se a analisar o argumento das capacidades institucionais do Poder Judiciário, seus limites e possibilidades na compatibilização de uma ordem jurídica justa e transdisciplinar.

Nesse sentido, insere-se o artigo “O Processo Civil de 2015 como qualificador da linguagem, socialização do Direito e interação humana”, de Claudio Cesar Carvalho e Luiz Fernando Bellinetti, cujo escopo é refletir acerca do Código de Processo Civil de 2015 e seus princípios norteadores sob o viés da Filosofia do Direito enquanto qualificadora da linguagem, socialização e interação humana.

A autora Fabiana Marion Spengler, com o artigo “A Autocomposição como Política Pública de incentivo ao direito fundamental de Acesso à Justiça”, discute o incentivo à autocomposição enquanto política pública que possibilita a concretização do direito fundamental de acesso à justiça. A seu turno, o trabalho “A Efetividade das sessões de mediação e de seus produtos como instrumentos de concretização do Acesso à Justiça”, de Livia Passos Benevides Leitão e Daniel Mota Gutierrez, traz reflexões relevantes para a compreensão da inefetividade de acordos obtidos em sessões de mediação a partir da figura e atuação dos mediadores judiciais.

Na sequência, o artigo “A Mediação como instrumento de democratização do Acesso à Justiça e emancipação das minorias”, de Teodolina Batista da Silva Cândido Vitória e Alessandrina Ramos de Carvalho Souza, apresenta a mediação e conciliação como meios eficazes de promoção da democracia, garantindo, por conseguinte, o acesso à justiça. O estudo de Katiany Rocha Galo e Luciana Vilhena Vieira, com o título “Explorando o Direito Sistêmico na prática dos mutirões em instituição de ensino superior: um estudo de caso”, aborda os mutirões sistêmicos realizados pela Defensoria Pública do Pará em parceria com as Universidades, e seus resultados na promoção de uma cultura de paz.

Em contribuição à temática em estudo, o artigo “Termo de Ajustamento de Gestão: transparência como princípio norteador quando da participação de ente público”, de César Ferreira Mariano da Paz e Frederico Rodrigues Assumpção Silva, analisa, sob o enfoque do acesso à justiça, o Termo de Ajustamento de Gestão e a publicidade dos atos da Administração Pública. Igualmente, Raiana Cunha Oliveira de Jesus e Dorli João Carlos Marques, com o estudo “A Eficácia das Medidas Protetivas de Urgência inscrita na Lei

11.340/2006: um estudo de caso na cidade de Manaus-AM”, objetiva aferir a eficácia das medidas protetivas da Lei Maria da Penha em coibir e prevenir a violência doméstica e familiar na cidade de Manaus-AM.

A autora Viviane Cristina Martiniuk, com o artigo “Acesso à Justiça em questões ambientais como direito e garantia constitucional: análise do artigo 8 da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, preocupa-se com o direito ao acesso à justiça e a efetiva proteção do Meio Ambiente. Por sua vez, Marcus Vinícius Mendes do Valle e Sérgio Henriques Zandona Freitas, com a pesquisa “Da Litigância de Má-Fé e da Lide Temerária como impeditivos à homologação da desistência da ação perante os Juizados Especiais Cíveis”, refletem sobre o instituto da ‘desistência da ação’ e sua homologação em lide temerária perante os Juizados Especiais.

Nessa ótica, tem-se o artigo “Instrumentos de Efetivação do Acesso à Justiça em face do crescimento maciço das demandas de massa”, de autoria de Bruna Agra de Medeiros e Andressa Solon Borges, o qual discute a eficácia dos meios alternativos de solução de conflitos nas demandas de massa em juizados especiais em direito do consumidor. A seu turno, o trabalho científico “O Ativismo Judicial do TJGO na imposição de matrículas de alunos em CMEIS – Centros Municipais de Educação Infantil: uma análise da Súmula 39 do TJGO, de Emerson Rodrigues de Oliveira e Denise Pineli Chaveiro, debruça-se em uma análise do ativismo judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no tocante à imposição ao poder público de efetivar matrículas de alunos nos CEMEIs – Centros Municipais de Educação Infantil.

Encerra-se esse grupo de trabalhos com “O Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior como garantia da democratização do ensino superior de qualidade”, de autoria de Pedro Henrique Moreira Cruvinel e José Querino Tavares Neto, os quais debatem sobre o financiamento público das Instituições Federais de Ensino Superior e a garantia do estabelecimento de políticas públicas inclusivas que possibilitam maior democratização para o seu acesso.

Tratam-se, portanto, de produções científico-jurídicas que adicionam à pesquisa no Brasil e se preocupam com o acesso à justiça em todas as suas ondas.

Gostaríamos que as leituras dos trabalhos pudessem reproduzir, ainda que em parte, a riqueza e satisfação que foi para nós coordenar este Grupo, momento de compartilhamento de conhecimento e de aprendizado sobre o tema.

Ótima leitura a todos.

Coordenadores:

Adelvan Oliverio Silva - CESUPA

Charlise Paula Colet Gimenez – URI

Luiz Fernando Bellinetti - UEL

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**ACESSO A JUSTIÇA EM QUESTÕES AMBIENTAIS, COMO DIREITO E
GARANTIA CONSTITUCIONAL: ANÁLISE DO ARTIGO 8 DA CEPAL –
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE**

**ACCESS TO JUSTICE ON ENVIRONMENTAL MATTERS, AS A RIGHT AND
CONSTITUTIONAL GUARANTEE: ANALYSIS OF ARTICLE 8 OF ECLAC -
ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN**

Viviane Cristina Martiniuk

Resumo

Este trabalho faz referência acerca do acesso à Justiça nas questões ambientais, balizando, a importância da justiça especializada para a efetivação da proteção do Meio Ambiente, constituindo um Direito Fundamental estampado no art. 225 da Constituição Federal. Inicia-se por uma explanação sobre o direito de Acesso à Justiça como premissa dos Direitos Humanos e em seguida como Direito e Garantia Constitucional e por fim, uma análise acerca do Acordo Regional da CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe.

Palavras-chave: Acesso à justiça, Questões ambientais, Constituição federal, Direito fundamental, Acordo regional

Abstract/Resumen/Résumé

This work refers to access to justice in environmental issues, balancing the importance of specialized justice for the effective protection of the environment, constituting a Fundamental Right stamped in art. 225 of the Federal Constitution. It began with an explanation of the Right to Access to Justice as a premise of Human Rights and then as Constitutional Law and Guarantee, and finally, an analysis of the ECLAC Regional Agreement - Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Access to justice, Environmental issues, Federal constitution, Fundamental right, Regional agreement

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é um direito fundamental em nosso ordenamento jurídico, levando consigo grande importância e, mais, uma ferramenta jurídica que colabora para que a sociedade, de uma forma geral caminhe junto ao poder judiciário.

Mais do que um direito consagrado em nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988), é um Princípio que exterioriza o estado Democrático de Direito, vez que é um elo entre a Sociedade e o Legislador, não havendo quaisquer óbices a quem teve seu direito lesado com relação aos fatos decorrentes, ou que mesmo esteja sob a ameaça de vir a tê-lo, de submeter a sua pretensão junto ao Poder Judiciário.

O acesso à Justiça pode ser também determinado como o mais básico dos direitos humanos, sendo este o garantidor de todos os demais direitos. Deste bordo, interessante trazer uma abordagem, ainda que superficial sobre os Direitos Humanos, vez que tal temática abre caminho, como garantidor de todos os demais direitos,

Diante disso, as discussões que norteiam o acesso à justiça, é salutar considerar, neste contexto, as questões ambientais, vez que as mesmas têm tomado consideráveis proporções, ganhando espaço no cenário jurídico, político e social, uma vez que emerge vinculação entre possíveis conflitos e as esferas decisórias.

Neste trabalho, o foco é abordar o acesso à justiça ambiental, por meio da identificação e compreensão de alguns entraves que, contemporaneamente, se apresentam para a sua concretização, mas também se propõe a analisar possíveis perspectivas para a superação desses obstáculos.

O acesso à Justiça em Questões Ambientais, em nível nacional se consagrou com o advento da Constituição Federal, promulgada em 08 de outubro de 1998, insculpida no artigo 225, franqueando a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

De imediato há de se destacar, dentro do texto, dois verbos dos quais podemos intitular como verbos de comando sobre as questões ambientais. Desta forma, estabeleceu que compete ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

E dentro desta ciência (o Direito), onde a linguagem que impera é, tão somente, a interpretação semântica do texto constitucional, eis que só se pode defender e preservar

aquilo que, efetivamente, existe na atualidade. Essa é a obrigação imposta pelo legislador constituinte, que estabeleceu um norte para o legislador ordinário.

Como destaque a uma repercussão política e social, é mister citar Benjamim (1995, p. 71-72), quando este se refere ao acesso à Justiça, como um dos “macros dilemas do mundo contemporâneo”, justificando, assim, suas implicações jurídicas, destacando, no entanto, repercussão política e social.

Nesta seara, importante destacar o entendimento de Santos (1997, p. 167), sobre o acesso à justiça, pois o mesmo defende que é tema pelo qual, diretamente, equaciona as relações entre o processo civil e a justiça social, entre igualdade jurídico-formal e desigualdade socioeconômica.

Assim, é possível fazer uma aproximação acerca da temática ‘Acesso à Justiça’ da Teoria da Justiça Ambiental, frente a distribuição equitativa de benefícios e custos ambientais, o acesso igualitário a todos aos recursos ambientais e processos decisórios.

É inconcebível que em meio a tantas informações e recursos, ainda, hajam grupos ou etnias que se encontrem fragilizados por conta de questões socioeconômicas, afetando, portanto, o exercício da cidadania e arquem, de maneira desproporcional a custos e riscos ambientais, vez que é possível construir uma nova concepção, abrangendo o significado e abrangência do que seja o Acesso à Justiça, e ampliando, ainda mais o tema, analisando de maneira mais profunda, o Acesso à Justiça Ambiental e suas questões.

Diante disso, este estudo faz referência ao Acesso à Justiça em Questões Ambientais, descrito no artigo 8 do Acordo Regional Sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe - CEPAL, adotado em Escazu, na Costa Rica, em 04 de março de 2018¹.

1. O ACESSO À JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1.1 Uma Abordagem geral

Para Annoni (2006), em linhas gerais, o acesso à justiça é o principal dos direitos do ser humano a ser efetivamente assegurado, pois é pelo seu exercício que serão reconhecidos os

¹ CEPAL. **Acordo regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe**. Publicação das Nações Unidas. LC/PUB. 2018/8. Ezcazú – Costa Rica, 04/03/2018. Disponível em: <http://www.cepal.org/principio10>. Acesso em: 30 jun. 2019.

demais. Este final de século viu nascer um novo conceito de direito ao acesso à justiça, garantindo-se ao cidadão, não apenas o direito de petição ao Poder Judiciário, mas sim, o direito fundamental à efetiva prestação da justiça.

Diante disso, é tema reconhecido e inserido na Declaração dos Direitos Humanos, e, mais, princípio de natureza constitucional, presente nos ordenamentos jurídicos dos Estados Democráticos.

Vale mencionar que o este direito de Acesso à Justiça, é um direito fundamental o qual constitui uma grande conquista da humanidade e verdadeiro instrumento de proteção ao indivíduo diante da atuação do Estado.

Neste contexto, é mister registrar que tais valores, direitos e liberdades, emergem em um momento de reconstrução do conceito de Estado e da necessidade de defesa da sociedade, na forma de limitação normativa ao poder estatal.

Como supramencionado, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH, 1948), aprovada pela Assembleia-geral das Nações Unidas (ONU), em 10 de janeiro de 1948, dispõe de forma expressa no sentido de que: “VIII. Todo homem tem direito a receber, dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei”.

Na mesma esteira, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Ordenamento Jurídico brasileiro (BRASIL, 1992), estabelece no art. 8.1 que:

Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

É mister ressaltar que, o acesso à justiça como princípio fundamental garantido à sociedade e a sua positivação, pois contribuem para a insurgência de grandes benefícios individuais em relação aos abusos do governo e a nomeação do próprio Estado como órgão assegurado de todas as garantias básicas.

Assim, o acesso à justiça se resume em última análise, segundo Ferreira Filho (2008, p. 27), em proteger os direitos do homem contra os atos do governo, e é expressa a menção ao poder legislativo e ao poder executivo. O objeto imediato é de caráter pedagógico: instituir os indivíduos de seus direitos fundamentais, ‘recordando-os’ deles.

Ademais é temática interessante, visto que a sua importância transcende em estudos e análises dada a sua evolução. Wilson Massali (2015, p. 53-54) *apud* Cappelletti e Bryant, resalta o tema com grande propriedade em sua obra ‘Princípio da litigiosidade mínima: tutela coletiva, transacional e arbitragem’ senão, vejamos:

O conceito de acesso à justiça tem sofrido uma transformação importante, correspondente a uma mudança equivalente no estudo e ensino do processo civil. Nos estados liberais “Burgueses” dos séculos dezoito e dezenove, os procedimentos adotados para a solução dos litígios civis refletiam a filosofia essencialmente individualista dos direitos, então vigorante. Direito ao acesso à proteção judicial significava essencialmente o direito formal do indivíduo agravado de propor ou contestar uma ação. A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um “direito natural”, os direitos naturais não necessitavam de uma ação do Estado para a sua proteção. Esses direitos eram considerados anteriores ao Estado; sua preservação exigia apenas que o Estado não permitisse que eles fossem infringidos por outros (...)

Observa-se, portanto, que esta norma constitucional nada mais é do que um instrumento fundamental de proteção aos direitos do cidadão atuando sobre a inviolabilidade a liberdade, a igualdade, aos direitos individuais e sociais ou qualquer ato abusivo vindo de autoridade ou de outros cidadãos.

A supremacia deste princípio, senão o Acesso à Justiça em qualquer Estado Democrático é a garantia descrita na Declaração dos Direitos Humanos e mediante isso, é de bom alvitre ressaltar que nenhuma outra lei possa violar os direitos que por ela foram expressos, dando o máximo de proteção ao indivíduo, quiçá, toda a coletividade.

1.2 Direitos Humanos

Para Peres Luño (2009), trabalhar com os direitos humanos significa mais do que um simples estudo, é se debruçar sobre a própria natureza humana, é analisar o animal político de Aristóteles, que reconhece um ser superior, segundo Tomás de Aquino; ou ainda, que protege e defende a propriedade, segundo a teoria de John Locke; é conferir aquele ser pensante de Descartes, o qual desfruta, pela natureza, de uma plena liberdade; tendo como base a ética de Kant; que instiga a ação comunicativa de Habermas, a partir da visão do outro com responsabilidade.

Isso derivado do fato de que os direitos humanos, segundo Moraes (2016, p. 16), não advieram de uma intervenção de um ente estatal, tão menos da construção e implementação de um gênio da área do direito. Ademais, não são fruto de uma autoridade política e nem de um

fato qualquer na história da humanidade, e sim, uma construção constante, um acúmulo de conhecimento no decurso do tempo².

Com base nisso, é que Gorczewski (2005, 18) afirma existir a “tentativa de descrever os direitos humanos como um todo homogêneo, sem fissuras e cujo nascimento se pode atribuir a uma data específica, é uma vã empreitada e geradora de confusão”, ou ainda, seguindo neste entendimento, “não se pode ter uma ideia clara dos direitos humanos sem conhecer, ainda que de maneira superficial, sua própria história”.

Para Aquino e Diehl (2016), ressaltam que, por serem os direitos humanos estudados em diversas áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, ciência política), surgiram inúmeras nomenclaturas atribuindo a sua ideia principal aos direitos humanos, entre eles, direitos naturais, direitos do homem, direitos do homem e do cidadão, direitos individuais, liberdades públicas, direitos da pessoa humana, direitos fundamentais do homem, entre outros.

Diante disso, Gorczewski (2005, p. 18) enfatiza que os diversos segmentos de estudos e interpretação passam a analisar cada uma dessas nomenclaturas compreendendo o seu momento histórico. Por isso, o primeiro desses conceitos se apresenta por ser uma construção puramente filosófica, pelo fato de os “direitos naturais” terem sido utilizados nas teorias jusnaturalistas, desde o período do renascimento, passando pelo seu auge no racionalismo, onde, se entendia como sendo “um conjunto de direitos inatos ao homem e anteriores ao Estado”.

Os direitos humanos visam salvaguardar a dignidade de todas as pessoas, em todos os momentos e lugares e em todas as suas dimensões. É buscar igualar todo ser humano naquilo que possuem de mais elementar: o pertencimento à espécie humana, independentemente da cor da pele, religião, nacionalidade, sexo, idade, etnia ou qualquer outra condição.

2. O ACESSO À JUSTIÇA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

2.1 Um Direito Fundamental

O direito de acesso à justiça encontra-se no rol dos direitos fundamentais protegidos pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), sendo de vital importância

² Existe na doutrina atual uma divisão (jusnaturalistas e positivistas) quanto à origem e a fundamentação dos direitos humanos; dentre elas os jusnaturalistas se baseiam na ideia de uma “ordem superior universal, imutável, inderrogável”, ainda acreditam que “os direitos humanos não são criação dos legisladores, tribunais ou juristas”, são inerentes ao ser humano, “não podendo desaparecer da consciência dos homens”. Por outro lado, os positivistas, confiam que só há a sua existência na “ordem normativa”, ou melhor, “enquanto legítima manifestação da soberania popular”. Estariam classificados como um direito concedido pelo poder, ou seja, “somente seriam direitos humanos aqueles expressamente previstos no ordenamento jurídico positivo (Moraes, 2002, p. 16)

para assegurar a dignidade da pessoa humana, uma vez que o seu efetivo exercício propicia a defesa, em Juízo, de todos os demais direitos assegurados pela Magna Carta.

Embora o mais básico dos direitos humanos, mas tão importante quando os demais direitos, este possui vital importância entre os direitos individuais e sociais, uma vez que é fundamental para a própria efetividade, pois diante das situações de ameaça ou agressão, sempre poderá ser utilizado na dependência de sua plena realização.

Insculpido no art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, este direito expressa, *in verbis*:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

[...]

A Constituição, por força desse dispositivo, outorgou ao Poder Judiciário o monopólio da jurisdição e ao mesmo tempo facultou ao indivíduo o direito de ação, ou seja, o direito de provocá-lo.

Sob o manto da atividade jurisdicional, o dispositivo constitucional deu ao Poder Jurisdicional um poder geral de cautela que trata da lesão como também da ameaça a direito mesmo que de forma implícita, presumindo a preservação do indivíduo a essas mazelas, ainda que imprecisamente.

Partilhando do entendimento acerca do acesso à justiça como direito fundamental e garantia constitucional, José Cichocki Neto (1998, p. 42-43) expressa as suas considerações:

Não há maior valor aspirado pelo homem ou, a ele equiparado que a realização da justiça. Neste aspecto, o acesso à justiça constitui um direito fundamental do homem, pois, em síntese tem por fim a garantia de sua liberdade, como predicado de todo ser humano. Entretanto, por outro lado, o acesso à justiça também assegura a efetividade dos demais direitos: o princípio permeia toda a atividade jurídica e jurisdicional do Estado. Sua finalidade, portanto, refere-se aos indivíduos, no sentido de proporcionar-lhes um bem imanente à sua condição humana; ao Poder, por estabelecer-lhes um método de pacificação social. Isso revela que o acesso à justiça possui uma dupla dimensão: constitui um direito fundamental do homem e, ao mesmo tempo, uma garantia à realização efetiva dos demais direitos. Como direito ou como garantia, o fim último será sempre o de realização da justiça e, por isso, ambos são informados pelo princípio da igualdade.

O acesso à justiça é um direito fundamental do homem na medida em que se reveste de instrumento para o indivíduo possa fazer valer todos os seus outros direitos subjetivos.

Essa ideia se torna ainda mais latente quando se leva em consideração que o legislador constitucional erigiu o princípio da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme destaca o art. 1º, inciso da Constituição Federal, afastando, portanto, qualquer tendência à coisificação do ser humano, para torna-lo, sim, sujeito efetivo de direitos.

A busca pela Justiça é um processo sem fim; sendo assim, o direito de acesso à justiça é muito mais amplo do que o simples acesso ao Poder Judiciário, devendo ser encarado como requisito fundamental, o mais básico dos direitos humanos, de um sistema jurídico moderno e igualitário que visa garantir e efetivar, e não apenas proclamar, os direitos de todos (SEIXAS; SOUZA (2013).

2.2 A Dificuldades de Acesso à Justiça

Ao reportar-se ao conceito de jurisdição, tem-se, neste íterim como uma função estatal pacificadora e acima de tudo, soberana, que tem como fito a solução dos conflitos intersubjetivos, por meio de decisões judiciais, as devidas pretensões.

Nesta esfera, o exercício da jurisdição como monopólio estatal, é de sobremaneira garantir a toda sociedade o franco acesso ao Poder Judiciário, conforme já descrito em dispositivo constitucional.

Reitera-se, portanto, segundo Greco (2005, p. 229), que o acesso à justiça é o direito de qualquer cidadão de dirigir-se ao Judiciário e esperar dele um pronunciamento sobre as pretensões apresentadas. Além de possibilitar a obtenção da tutela de um direito, o acesso à justiça abrange também o direito de defesa e de influência na atividade jurisdicional por aquele em face do qual ela foi desencadeada.

Todavia, resguardados as garantias fundamentais, é importante ressaltar que não basta apenas assegurar o direito de levar demandas ao conhecimento do Judiciário, mas que haja garantia do alcance efetivo da ordem jurídica justa.

Diante disso, Cruz e Tucci (1997, p. 63) enfatizam que, talvez um dos maiores entraves à efetividade da tutela jurisdicional é a lentidão da máquina judiciária, tanto no que diz respeito à emanção das decisões judiciais quanto a seu cumprimento, somado ao alto custo do ingresso

em juízo. Consoante a efetividade do resultado, as decisões devem ser tempestivas para que o processo cumpra sua missão institucional.

Neste sentido, frente as possíveis dificuldades de acesso à justiça, emerge o entendimento de Vitor Barbosa Lenza (1997, p. 46) que subscreve acerca do tema:

Vários são os fatores que emperram o livre acesso judicial, e o que se reputa mais sério é a desinformação. O cidadão, quando se encontra em uma situação adversa, passando por um constrangimento qualquer, por ser analfabeto ou de pouca instrução, não sabe que atitude tomar, a quem ou a qual serviço procurar que possa restaurar o seu direito ameaçado ou lesado.

E mais, Machado (2005, p. 197-223) destaca que a distância do cidadão para com o sistema de acesso à justiça é tanto maior quanto menor for a sua capacidade intelectual. Assim, um indivíduo que é incapaz de compreender que vive em um Estado Democrático de Direito, onde todo o poder emana do povo e para o povo é exercido, não saberá o que é ter um direito fundamental ao seu dispor, não saberá manusear as garantias que lhe são inerentes, quando necessitar. Ou seja, o texto constitucional tem a consciência que “sem informação adequada não há democracia e não há Estado de Direito”.

Ainda, é necessário elencar que o acesso à justiça possui ainda três tipos de barreiras para cumprir sua efetividade: as barreiras econômicas, resultado do custo para se ingressar em juízo, tais como custas, honorários advocatícios e riscos de sucumbência; as barreiras geográficas, diante da dificuldade do Judiciário manter-se presente em todas as áreas habitadas do território nacional; e as barreiras burocráticas, decorrentes do despreparo da estrutura judiciária para enfrentar a quantidade de processos a que é exposta (GRECO, 2005, p. 211).

Por derradeiro, para que aja efetivo alcance do processo, se faz necessário a implementação de métodos alternativos que permitam que os diversos preceitos e garantias fundamentais, sendo eles constitucionalizados ou não, sejam cumpridos de forma plena, permitindo, a todo cidadão, o pleno acesso à justiça para o alcance de uma ordem jurídica justa e de qualidade.

3. O ACESSO À JUSTIÇA EM QUESTÕES AMBIENTAIS

3.1 Justiça Ambiental

Para Souza e Gomes (2016), a justiça ambiental, alcunhada no cenário nacional e internacional, está amplamente alargada em relação às raízes históricas de 1960, onde inicialmente estava vinculada eminentemente a justiça social.

A fim de facilitar a intelecção do que vem a ser justiça ambiental, apresenta-se a seguir o conceito formulado por Carlos E. Peralta (2014, p. 17):

O conceito de justiça ambiental tem um caráter aglutinador, integrando as dimensões ecológica, ética, social e econômica, as quais envolvem conflitos ambientais. A justiça ambiental enfrenta o dilema entre a realidade da natureza e a realidade da sociedade da segunda modernidade regida pela ciência e pelas relações econômicas.

Entre aqueles que optam em definir o que é justiça ambiental, outro ponto comum, é aquele que está associado ao fator econômico, o qual ora vem denominado como “fator econômico propriamente dito” ou, ainda, tratado pelo viés da sociedade de risco, associada ao modelo consumista predominante, ou congrega um conjunto de princípios éticos que se destinam influenciar uma nova racionalidade socioambiental no atual estágio do capitalismo de consumo (RAMMÊ, 2014, p. 58)

Rafael Ballar (2014, p. 161) ressalta que a justiça ambiental pode ser compreendida sob outras perspectivas, dentre as quais a da governança ambiental:

La verdadera justicia ambiental está ligada a una efectiva gobernanza ambiental. Como la queremos entender se construye a lo largo de un proceso y no es un fin en sí misma. La hipótesis que nos parece interesante utilizar en el presente ensayo parte de la siguiente argumentación “La ausencia reciente de una verdadera justicia ambiental, tanto a nivel internacional como nacional, ha estado, como proceso, ligada a las insuficiencias de una buena gobernanza ambiental. Necesitamos rescatar ambas. Consideramos necesario empezar con unas recomendaciones que nos relacionen dichos procesos. En los últimos 20 años hemos tenido un significativo retroceso de una buena gobernanza general en ambos niveles. Las prioridades y preocupaciones han estado en la economía, el proceso de globalización y las crisis económico-financiera (BALLAR, 2014, p. 161).

O trabalho de expansão e internacionalização do tema permite maior amplitude do debate, ocasião em que se permitiu que fossem criados conceitos, e expandida à temática para variados países, que passaram a se preocupar com a gestão do meio ambiente, gerenciado em associação as peculiaridades sociais (SOUZA; GOMES, 2016).

Para Cavedon e Vieira (2006), o acesso à justiça ambiental pode proporcionar aos grupos fragilizados por questões socioeconômicas, étnicas e informacionais poder de emancipação e empoeiramento, tendo na possibilidade de inserção de suas demandas na via judicial uma estratégia de defesa dos direitos ambientais e de influência nas decisões ambientais capazes de direcionar políticas públicas e promover a reinterpretação do sistema jurídico-ambiental a partir da lógica da Justiça ambiental.

3.2 Acesso à Justiça Ambiental como questão constitucional

O acesso à justiça, considerando as questões ambientais, passaram a suscitar reflexões mais amplas dada a importância direta no que tange a consolidação de novos comportamentos e atitudes em prol do ambiente.

A CF/88 inovou ao garantir o meio ambiente equilibrado como bem de uso comum do povo, consoante dispõe o art. 225 do referido diploma.

Para Bodnar (2012), a plena garantia do acesso à justiça ambiental não diz respeito, apenas, ao aspecto procedimental, como conjunto de garantias e medidas para a facilitação do ingresso em juízo, mas também ao conteúdo dos provimentos jurisdicionais para a efetiva consecução da justiça na perspectiva social e ecológica, ou seja, ao acesso a uma ordem pública ambiental justa nas perspectivas difusa, transgeracional e global.

Nesse passo, Herman Benjamin (2007, p. 121) ressalta que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 instituiu uma verdadeira ordem pública ambiental, fato esse que conduz o Estado de Direito Social e o modelo político-econômico a assumirem a forma de Estado de Direito Ambiental.

Diante dessa atenção especial dispensada pela Constituição de 1988 ao meio ambiente, a doutrina passou a refletir acerca da existência de um verdadeiro Estado de Direito Ambiental ou, como denominou J. J. Gomes Canotilho e Leite, “Estado Ecológico”. Independente do acerto científico desta adjetivação, o importante não é o qualificativo que se agregue na caracterização do nosso Estado Democrático de Direito, mas sim os valores, princípios e deveres que norteiam a sua atuação (CANOTILHO, 2011, p. 4-5).

Os mesmos doutrinadores, ainda, destacam que a atual Constituição é “extremamente aberta” em sentido democrático ambiental, pois busca a participação de “todos” na defesa e na preservação do meio ambiente. Ou seja, a problemática da política ambiental só poderá ser resolvida quando houver o reconhecimento que o meio ambiente, o Estado e os cidadãos são apenas um e a partir desse reconhecimento, sejam “garantidos instrumentos de ação conjunta”.

Uma coisa é certa, o acesso à Justiça em tema de meio ambiente, tem se fortalecido e ampliado, na direção de um acesso participativo, sobretudo ao considerarem temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, a governança ambiental e a economia verde, vez que não se sabe ao certo como estes temas estão sendo trabalhados pelos Estados da Federação.

4. A CEPAL DE 2018 E O ACESSO À JUSTIÇA EM QUESTÕES AMBIENTAIS

4.1 Comentários sobre o Artigo 8 do Acordo de Ezcazú

A Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL, por meio de seu Acordo Regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe, faz referências acerca dos chamados “direitos de acesso” (CEPAL, 2016, p. 12), quais sejam os direitos de acesso à informação, à participação e à justiça, são ainda direitos civis e políticos estabelecidos no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, ratificado pelo Brasil por meio do Decreto nº 592/1992.

Em 04 de março de 2018, representantes de 24 países da América Latina e do Caribe em San Jose, Costa Rica, aprovaram o primeiro acordo regional vinculativo para proteger os direitos de acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em questões ambientais, ratificando, portanto, o Princípio 10³ da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um instrumento jurídico sem precedentes para a região⁴.

Importante ressaltar que o Princípio 10 é um dos 27 princípios que constam no documento final da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 – a chamada ECO-92, que estabelece o compromisso dos governos em garantir aos cidadãos a participação social, o acesso à informação e o acesso à Justiça em questões ambientais. *In verbis*:

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

A ideia é abstrata, mas significa que mais do que focar em ações que evitem diretamente a destruição do meio ambiente, os governos devem trabalhar na democratização das políticas

³ DECLARAÇÃO DO MEIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Princípio 10. ONU. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁴ CEPAL. A América Latina e o Caribe adotam seu primeiro Acordo Regional vinculante para a proteção dos direitos de acesso em assuntos ambientais. 04 de março de 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/america-latina-o-caribe-adotam-seu-primeiro-acordo-regional-vinculante-protecao-direitos>. Acesso em 30 jun. 2019.

ambientais. Parte-se do princípio que ampliar o acesso popular à política ajuda no desenvolvimento de todas as outras metas criadas tanto na Rio-92 quanto na Rio+20 e em outros fóruns, como o Acordo de Paris.

Os três focos do acordo do Princípio 10 se resumem no Acesso à Participação, a Participação e à Justiça, que neste momento é o nosso foco de estudo e análise.

Conforme exaustivamente demonstrado, o Acesso à Justiça é um direito fundamental, direito humano e essencial ao completo exercício da cidadania. Mais que acesso ao judiciário, alcança também o acesso à justiça social e seu dispositivo está insculpido no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Sendo, portanto, assunto de discussão regional e mundial, a CEPAL deixou consignada questão importante voltada a esta temática, Acesso à Justiça, no Acordo Regional assinado na cidade de Escazú, na Costa Rica.

Todavia, assinalou que atualmente, a legislação brasileira tem poucos mecanismos legais que garantem o acesso à Justiça para pessoas ou grupos sem condições financeiras de fazê-lo. Assim, como o advento do acordo a situação muda, e garante a gratuidade para populações em desvantagem tanto do processo em si quanto da assistência técnica jurídica necessária.

Ademais, a Europa já possui leis baseadas na instituição do Princípio 10, ratificada no Acordo, em um documento conhecido como Convenção de Aarhus⁵. Todavia, países como o Japão, precisam observar a iniciativa de outros países da América Latina com relação a matéria exposta para replicarem em suas legislações locais.

O meio ambiente deve ser visto, como propulsor de condições favoráveis ao bem-estar humano, traçando-se, deste modo, um verdadeiro paralelo entre direitos humanos e meio ambiente de forma regional e, mundial e o Acordo⁶ facilita tal comunicação, conforme demonstrado:

Artigo 8 Acesso à justiça em questões ambientais

1. Cada Parte garantirá o direito de acesso à justiça em questões ambientais de acordo com as garantias do devido processo.
2. Cada Parte assegurará, no âmbito de sua legislação nacional, o acesso a instâncias judiciais e administrativas para impugnar e recorrer, quanto ao mérito e procedimento:
 - a) qualquer decisão, ação ou omissão relacionada com o acesso à informação ambiental;
 - b) qualquer decisão, ação ou omissão relacionada com a participação pública

⁵ CONVENÇÃO DE AARHUS. Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente. Disponível em: <http://www.unece.org/env/pp/introduction.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

⁶ Cf. CEPAL. Op., cit.

em processos de tomada de decisões ambientais; e c) qualquer outra decisão, ação ou omissão que afete ou possa afetar de maneira adversa o meio ambiente ou infringir normas jurídicas relacionadas ao meio ambiente.

3. Para garantir o direito de acesso à justiça em questões ambientais, cada Parte, considerando suas circunstâncias, contará com: a) órgãos estatais competentes com acesso a conhecimentos especializados em matéria ambiental; b) procedimentos efetivos, oportunos, públicos, transparentes, imparciais e sem custos proibitivos; c) legitimação ativa ampla em defesa do meio ambiente, em conformidade com a legislação nacional; d) a possibilidade de dispor medidas cautelares e provisórias para, entre outros fins, prevenir, fazer cessar, mitigar ou recompor danos ao meio ambiente; e) medidas para facilitar a produção da prova do dano ambiental, conforme o caso e se for aplicável, como a inversão do ônus da prova e a carga dinâmica Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública... f) mecanismos de execução e de cumprimento oportunos das decisões judiciais e administrativas correspondentes; e g) mecanismos de reparação, conforme o caso, tais como a restituição ao estado anterior ao dano, a restauração, a compensação ou a imposição de uma sanção econômica, a satisfação, as garantias de não repetição, a atenção às pessoas afetadas e os instrumentos financeiros para apoiar a reparação.

4. Para facilitar o acesso do público à justiça em questões ambientais, cada Parte estabelecerá: a) medidas para reduzir ou eliminar as barreiras ao exercício do direito de acesso à justiça; b) meios de divulgação do direito de acesso à justiça e os procedimentos para torná-lo efetivo; c) mecanismos de sistematização e difusão das decisões judiciais e administrativas correspondentes; e d) o uso da interpretação ou tradução de idiomas distintos dos oficiais quando for necessário para o exercício desse direito.

5. Para tornar efetivo o direito de acesso à justiça, cada Parte atenderá as necessidades das pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade mediante o estabelecimento de mecanismos de apoio, inclusive assistência técnica e jurídica gratuita, conforme o caso.

6. Cada Parte assegurará que as decisões judiciais e administrativas adotadas em questões ambientais, bem como sua fundamentação, sejam consignadas por escrito.

7. Cada Parte promoverá mecanismos alternativos de solução de controvérsias em questões ambientais, quando cabível, tais como a mediação, a conciliação e outros mecanismos que permitam prevenir ou solucionar essas controvérsias.

O texto informado e ratificado no Acordo é roteiro salutar, e, acima de tudo constitucional, afinal segue as diretrizes contidas na CF/88 e a efetivação desse direito fundamental depende, entre outros fatores, do papel desempenhado pelo Poder Judiciário, que é o intérprete e aplicador da lei aos casos concretos.

Deste modo, o acesso à justiça, principalmente, considerando às questões ambientais, deve ser compreendido em três momentos:

- O acesso a uma jurisdição especializada;
- A um processo eficiente; e
- A ferramentas de auxílio na concretização da decisão, a fim de prevenir ou reparar um dano ambiental.

Para a total efetivação dos direitos pleiteados entre a tutela jurisdicional do meio ambiente e seu grau de eficácia é imprescindível a qualidade da prestação jurisdicional e diante do

texto proposto no Acordo, a experiência mundial demonstra que a especialização da jurisdição ambiental é um caminho inevitável a fim de obterem-se efetivos resultados jurídicos e práticos no desafio de garantir a salvaguarda do meio ambiente.

Assim, considerando os órgãos jurisdicionais especializados em soluções de litígios ambientais existentes no panorama brasileiro, é possível afirmar que há demanda suficiente para a criação de novos órgãos, porque a crise ecológica instaurada provoca diariamente novos conflitos ambientais de toda espécie, que demandam análise sob o crivo do Poder Judiciário.

A par da existência dos vários conflitos ambientais, torna-se imprescindível a capacitação do Poder Judiciário para que a prestação jurisdicional possa ser a mais adequada ao caso concreto. Disso decorre a premente necessidade de especialização dos órgãos jurisdicionais, porque são demandas que envolvem alto grau de complexidade, seja em razão dos inúmeros recursos legislativos, seja da difícil compreensão acerca das provas técnicas (FREITAS, 2012).

4.2 O Acordo de Escazú: uma conquista ambiental para a América Latina e o Caribe

O Acordo de Escazu, foi ratificado a fim de garantir o direito das gerações presentes e futuras a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável, apontando para o fortalecimento de capacidades e reforçando a cooperação entre os países da região. É a demonstração das prioridades e aspirações comuns sobre o multilateralismo regional para o desenvolvimento sustentável.

Interessante salientar que o Acordo é oriundo da Rio+20, e, de certa forma, o primeiro tratado regional ambiental da América Latina e do Caribe, o qual traz em seu bojo disposições específicas para a promoção e a proteção dos defensores de direitos humanos em assuntos ambientais. Isso é de especial relevância em uma das regiões mais críticas para aqueles que defendem o ambiente e a terra.

Este Acordo pretende chegar aos setores mais vulneráveis, marginalizados e excluídos por meio de medidas afirmativas, e aspirando a remover as barreiras que impedem ou dificultam o pleno exercício de direitos.

É a fiel expressão do objetivo final da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: não deixar ninguém para trás e avançar para modelos mais justos e sustentáveis de desenvolvimento com a participação oportuna e informada de todos os setores da sociedade será fundamental para abordar temas tão urgentes como a vulnerabilidade climática, o aumento dos

desastres (particularmente no Caribe e na América Central), a acidificação dos oceanos, a erosão dos solos ou a perda da biodiversidade.

Portanto, o Acordo de Ezcazú se converterá em sinônimo de maior democracia, transparência e bem-estar, onde os países e povos da América Latina e do Caribe sempre poderão contar com a CEPAL nessa nobre e imperiosa tarefa, a de propagar o desenvolvimento sustentável com igualdade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental reconhecido na Constituição Federal, sendo dever do Poder Público e da coletividade sua proteção e preservação para as presentes e futuras gerações.

Mediante disso e balizado como direito fundamental, o acesso à justiça, vincula-se à necessidade de estabelecer pressupostos para que as ações inerentes ao meio ambiente, quaisquer que sejam os instrumentos, programas, projetos e ações e empreendidos, possam ocorrer de forma transparente, efetiva e tempestiva; além de proporcionar informações atuais sobre a real condição ou situação do bem a ser protegido.

O direito ambiental, como um fator real de mobilização social em defesa do meio ambiente, dos direitos sociais e da cidadania contemporânea deve ser mecanismo de afirmação dos valores e princípios constitucionais ecológicos e ao pertencer à ordem jurídica nacional e internacional, possui relevante papel na mudança positiva dos comportamentos e das atitudes humanas em prol do meio ambiente.

Por isso, o Acordo Regional da CEPAL foi ratificado para que haja, sempre, a busca por justiça ambiental, como um compromisso de todos, em especial das autoridades incumbidas da importante função de julgar e construir justiça.

Importante ressaltar que tudo o que foi exposto, não se trata de mera utopia ou de um simples sonho, mas de algo que deve e pode ser construído com iniciativas concretas, atitudes, realismo, idealismo e especial sensibilidade ecológica.

Ademais, o que se espera é a busca da verdadeira justiça ambiental, aquela que além de lutar por uma solução justa para o caso concreto, a produção de uma mensagem pedagógica contundente que contribua com a melhoria contínua nas relações que associem as pessoas e a natureza. É o desejo de todos.

REFERÊNCIAS

ANNONI, Danielle. **Acesso à justiça e direitos humanos: a emenda constitucional 45/2004 e a garantia a razoável duração do processo**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 2006. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/190>. Acesso em: 10 jul.2019.

AQUINO, Q. B.; DIEHL, R. C. **Acesso à justiça: uma análise dos sistemas internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos**. Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa. Universidade Santa Cruz do Sul (2013). Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/mediacao_e_jr/article/view/10882. Acesso em: 10 jul. 2019.

BALLAR, Rafael González. *Algunas propuestas para potenciar la buena gobernanza ambiental como requisito para una verdadera justicia ambiental (especial referencia al cambio climático)*. In: PERALTA, Carlos E.; ALVARENGA, Luciano J. & AUGUSTIN, Sérgio. Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica. Caxias do Sul, RS: EducS, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 30 jun. 2019.

BENJAMIN, Antonio V. H. **A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico** – apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor. Em MILARÉ, Edis (Org.). Ação Civil Pública. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição brasileira**. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estado constitucional ecológico e democracia sustentada**. In: FERREIRA, Helini Silvini; LEITE, José Rubens Morato. Estado de direito ambiental: tendências, aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CAVEDON, Fernanda de Salles; VIEIRA, Ricardo Stanziola. **Acesso à justiça ambiental: um novo enfoque do acesso à justiça a partir da sua aproximação com a teoria da justiça ambiental**. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/campos/fernanda_cavedon_e_ricardo_vieira.pdf. Acesso em: 11 jul.2019.

BODNAR, Zenildo. **O acesso e a efetividade da justiça ambiental**. Revista da AJURIS – v. 39 – n. 125, março 2012. Disponível em: <http://www.ajuris.org.br/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/viewFile/802/490>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. ONU. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/4/S1600175_es.pdf. Acesso em 30 jun. 2019.

_____. **Acordo regional sobre acesso à informação, participação pública e acesso à justiça em assuntos ambientais na América Latina e no Caribe**. Publicação das Nações Unidas. LC/PUB. 2018/8. Ezcázú – Costa Rica, 04/03/2018. Disponível em: <http://www.cepal.org/principio10>. Acesso em: 30 jun. 2019

CICHOCKI NETO, José. **Limitações ao acesso à justiça**. Juruá: Curitiba, 1998.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

CONVENÇÃO DE AARHUS. **Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas (CEE/ONU) sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente**. Disponível em: <http://www.unece.org/env/pp/introduction.html>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DECLARAÇÃO DO MEIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Princípio 10. ONU. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: Acesso em: 30 jun. 2019.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 10. ed. – São Paulo: Saraiva, 2008.

GORCZEWSKI, Clovis. **Direitos humanos: dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

GRECO, Leonardo. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. In: **Estudos de direito processual**. Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, 2005.

_____. O acesso ao direito e à justiça. In: **Estudos de direito processual**. Campos dos Goytacazes: Faculdade de **Direito** de Campos, 2005.

LENZA, Vitor Barbosa. **Cortes arbitrais**. Goiânia: Ed. AB, 1997.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito à informação e meio ambiente**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MASSALI, Wilson Euclides Guazzi. **Princípio da litigiosidade mínima: tutela coletiva, transaccional e arbitragem**. Curitiba: Appris, 2015.

MORAES, Alexandre de. Direitos **Humanos Fundamentais**: teoria geral. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. *Derechos Humanos, estado de derecho y Constitución*. 3ª ed. Madri: Tecnos, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político nos pós modernidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SEIXAS. Bernardo Silva; SOUZA. Roberta Kelly Silva. **Evolução histórica à justiça nas constituições brasileiras**. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/direito/article/viewFile/2660/1883>. Acesso em: 3 jun. 2019.

SOUZA, Carlos Eduardo Silva e; GOMES, Keit Diogo. **O acesso à justiça ambiental**: entraves e perspectivas. Revista Cidadania e Acesso à Justiça. Brasília, v.1, n. 2, p. 967-985 – Jan/Jun. 2016.